

## A Revolta dos Anjos - Escola Naval – 1948.

CLAUDIA ALVES D`ALMEIDA\*

A revolta dos aspirantes da Escola Naval ou Revolta dos Anjos ocorreu no ano de 1948, iniciada com a mudança da direção do estabelecimento. Os aspirantes, desde o ano de 1947, sob a direção do Almirante Braz Veloso haviam se queixado de algumas irregularidades ocorridas na escola ao Comandante João Batista Viana, Chefe do Departamento de Ensino, tendo esse oficial lhes prometido providências.

Conforme descrito no Diário de Notícias, jornal da época, a direção do Almirante Braz Veloso, embora mantendo rígida disciplina militar adequada ao estabelecimento do gênero, procurava criar um clima de boa camaradagem e compreensão entre superiores e subordinados. Frequentemente, diziam os aspirantes, o diretor convidava cinco a seis alunos para fazer refeições em sua companhia. E a disciplina na escola, que se tinha como a mais ordeira e correta do país, jamais perdera com esse bom entendimento a relação entre superiores e subordinados.(DIÁRIO DE NOTÍCIAS -7/5/1948)

*“O Almirante Braz Veloso foi sempre, em todas as ocasiões, um defensor apaixonado do direito e da verdade. Soube conduzir com lealdade dando sempre a nós, aspirantes, grande apoio e auxílio. Mestre da delicadeza e cortesia, figura grandemente estimada por todos, foi um lutador incansável e ardoroso a favor de nossas aspirações. Tinha profunda confiança em todos e procurava entender nossas faltas, julgando todos os aspirantes como um verdadeiro pai. Sabia reprimir sem coagir, repreender sem ofender; foi sem dúvida um grande chefe. Graças aos seus constantes apelos e profunda simpatia em suas ações, conseguiu extinguir, sem necessidade de medidas enérgicas e prisões rigorosas, o trote na Escola Naval.*

*O Almirante Brás Paulino da França Veloso dirigiu nossa escola com profunda sabedoria . As suas demonstrações de sabedoria, amizade e confiança para com os aspirantes fizeram aumentar seu prestígio e tornar ainda mais marcante nossa profunda admiração por sua pessoa. A Escola Naval durante sua diretoria fez-se representar em numerosas competições esportivas que foram sempre duplamente vitoriosas. A*

---

\* Secretaria Municipal de Educação, Rio de Janeiro, RJ. Mestre em História Social (USS, 2008).

*vitória no campo esportivo os aspirantes alcançavam, no campo social nosso diretor vencia irremediavelmente.*

*Sempre recebemos um aperto de mão do nosso diretor após as competições . Agora cumpre a nós, juntando 333 mãos em uma só, apertarmos a do nosso diretor e amigo, Almirante Brás Veloso, para uma triste despedida e desejar-lhe sinceros votos de felicidade em sua nova missão. (FRANCO,1999:10)*

Com a substituição do Diretor Brás Veloso pelo Contra-Almirante Armando Pinto de Lima houveram grandes modificações na Escola Naval, como a alteração do regime anterior no sentido de maior rigor, passando os alunos a viverem num sistema que se assemelhava, e as vezes, superava os dos seminários e dos conventos. Não podendo os alunos lerem jornais, direito elementar do livre acesso às informações, defendido e preconizado nas cartas das Nações Unidas, que não era reconhecido na Escola Naval pela nova direção.

Logo no começo do ano letivo de 1948, o diretor explicou como seriam as modificações na Escola, eis um trecho do discurso do novo Diretor Almirante Pinto de Lima elaborado para a abertura das aulas na Escola Naval:

*“Dei a solenidade da abertura das aulas, este ano, um cunho diferente daquele que vem sendo usado. Justifico essa inovação com o desejo de, ao se iniciar o ano letivo, entrar em contato com os instrutores professores e alunos. Aos professores com sua já longa experiência pouco terei a dizer. Cada um tem perfeita noção de suas obrigações, sendo que a mais importante será transmitir aos alunos os seus conhecimentos, com devida clareza e paciência, de forma que o rendimento seja o melhor possível. O professor que no fim do ano letivo teve uma porcentagem baixa de aprovações, deve se sentir bastante triste e fazer um exame de consciência para concluir se a deficiência é culpa sua ou vadiação dos alunos.*

*Por outro lado, aquele que teve porcentagem excessivamente elevada, pela mesma razão, deve investigar se houve pela sua disciplina grande interesse dos alunos ou se ele que agiu com excesso de benevolência(...)*

*Do corpo de aspirantes merecem destaque, pela responsabilidade de que serão investidos, os do quarto ano, que constituem a turma mais antiga, e que serão os guias, conselheiros e exemplos dos demais.*

*O objetivo principal do aspirante é sua aprovação no fim do ano letivo (...) fora disto suas necessidades são perfeitamente adiáveis. Por isso o regulamento interno muito sabiamente classificou a fuga como falta grave e eliminatória, quando de serviço e impedido. Ora, não pode um aspirante ter*

*uma necessidade que compense o castigo de uma fuga e se a faz, é por que deseja ser eliminado ou castigado rigorosamente.*

*Declaro solenemente que, de todos os meus deveres, o de castigar é aquele que faço constrangido; tenho verdadeiro pesar em impor castigos e, por isso, lanço um apelo a todos que me poupem de fazer este sacrifício; como é um dever cumpro-o sem vacilação.” (FRANCO,1999:15)*

Como podemos observar a rigidez do Diretor Armando Pinto de Lima foi imposta para os aspirantes desde o primeiro dia da sua gestão, algumas modificações ocorreram para que, segundo o diretor, os conceitos melhorassem de modo que ao final do ano todos os aspirantes recebessem aprovação justa, algumas trouxeram um bom resultado, outras a indignação.

O descontentamento, pouco depois, se avolumou, após novas medidas que facilitariam e garantiriam o seu melhor trato na escola. Essas novas medidas foram a conhecimento de todos gerando indignação entre os aspirantes, dentre elas podemos destacar:

- 1) Somente dez minutos, diariamente, para atender , através de seu assistente, a todo corpo de alunos;
- 2) Negação de licença aos aspirantes que, nos dias normais, precisassem sair, quando a sua média de aproveitamento escolar não fosse pelo menos quatro, mesmo que o motivo fosse justo;
- 3) Proibição de saída nos dias normais, agravada com a penalidade de estudo obrigatório nas salas de aula;
- 4) Imposição de regime obrigatório de estudo a todos os alunos, nas salas de aula, no período de 19 às 21 horas, mesmo com prejuízo para a visão dos alunos em vista da iluminação, que na ocasião era deficiente;
- 5) Proibição da comunhão nas primeiras sextas feiras do mês;
- 6) Ausência do Comandante nas salas de aula e nas provas e exames orais;
- 7) Ausência dos Comandantes dos pernoites na escola e das revistas em geral, passadas durante esses pernoites;
- 8) Ausência do Comandante aos sábados, o que impedia a saída dos alunos que por ventura fossem apontados no livro de castigos;

Essa ausência do Comandante nos sábados impossibilitava a audiência do aluno que muitas vezes na segunda feira tinha comprovada a sua inocência.

Houveram também casos isolados de abuso de autoridade que gerou entre os alunos uma forte indignação por uma direção que abusando de sua autoridade, muitas vezes humilhava e desmerecia os alunos.

Dentre elas podemos citar um aspirante que teve negado seu tratamento dentário pelo oficial dentista que, segundo ele, não poderia ser feito tratamentos que exigissem próteses por ordem superior. No entanto, também foi negada ao aspirante a licença para tratar dos dentes fora da escola, obtendo ele a seguinte resposta: “aspirante não precisa tratar os dentes”. (FRANCO,1999:15)

Outro caso que surpreendeu os aspirantes foi a negação de licença para um aspirante ir ao enterro de um parente próximo, sob a alegação de que como a informação foi dada pelo telefone essa poderia ser mentirosa.

Neste ano de 1948, segundo alguns aspirantes, em notícias divulgadas em periódicos da época, não haviam completado os três primeiros meses de aulas e alguns oficiais superiores, tiveram ações e atitudes que se chocavam com o que tinha sido ensinado sobre dignidade durante todo o tempo que tiveram cursando a Escola Naval.

Segundo Celso Franco, autor de “O Motim Escola Naval 1948”, aspirante na época, a Escola Naval naquele ano e no ano anterior recebeu a pior safra de oficiais para orientá-los, resultando na conjuntura propícia que iria levá-los ao inevitável movimento revoltoso.

O aspirante Blower, chefe da classe do quarto ano e o aspirante mais antigo do corpo de alunos, sabedor das queixas dos demais alunos foi a presença do departamento escolar para tentar conversar sobre as novas modificações, de maneira que pudessem reavaliá-las para conforto de todos os aspirantes. O que não ocorreu, pois o aspirante obteve como resposta à sua tentativa de conversa uma recusa do diretor que afirmou: “Não recebo e não entro em conchavo com alunos”.(DIÁRIO DA NOITE ,4/6/1948)

A resposta foi comunicada aos colegas pelo aspirante. Como protesto, decidiram então os aspirantes do 4º e 3º anos não assistir a sessão de cinema. Retirando-se do auditório antes do início da projeção e dirigindo-se para os camarotes e salas de estudo.

Nos dias subseqüentes, os aspirantes fizeram greve de silêncio durante o almoço e jantar. Os aspirantes do 1º e 2º anos em solidariedade aos colegas também não foram ao cinema, o que, conforme o estatuto não era obrigatório e sim uma recreação.

Esse manifesto de indignação por parte dos aspirantes era tão somente para que quando questionados pudessem também falar sobre os problemas que estavam passando. O que ocorria freqüentemente com o antigo Diretor.

Esse manifesto causou na direção da escola repulsa e indignação. Foram então chamados os aspirantes chefes de turmas para uma audiência com o comandante que, sem permiti-lhes qualquer palavra em defesa, ordenou-lhes que transmitissem aos colegas a ordem para retornarem a normalidade.

Para surpresa ainda maior dos aspirantes, além de não terem o direito de falar, foram recebidos no rancho pelo Capitão Tenente Monerat, que mesmo armado, foi vaiado pelos alunos.

Como podemos observar, num primeiro momento da Revolta dos Anjos, o Diretor usou da sua autoridade para passar por cima de alguns conceitos de justiça, tato, equidade, coerência, habilidade educativa, entre outros valores em nome de uma hierarquia que não deveria ser quebrada e ao ouvir seus aspirantes nas suas queixas, estes estariam questionando a ordem de um superior o que não poderia ocorrer em uma instituição militar.

Nesta mesma noite, a ilha onde está localizada a Escola Naval foi cercada por uma companhia de Fuzileiros Navais armados de metralhadora e fuzis em pontos chaves da escola, para que a ordem voltasse a reinar. Os alunos chefes de classes foram presos e incomunicáveis no Quartel dos Fuzileiros Navais, mesmo existindo lugares mais adequados na escola.

Os alunos denominados “número dois”, que substituíam os chefes de classe, foram convocados e ficaram a par de todos os acontecimentos e responsáveis por fazer com que a escola voltasse a sua normalidade.

No entanto, a atitude de prender os aspirantes só fez com que a revolta aumentasse e mais uma vez os alunos se recusaram a fazer ginástica, o que foi realmente uma indisciplina já que a ginástica era obrigatória. Aguardavam nos camarotes os acontecimentos quando, receberam ordem de prisão, neste momento a revolta tomou proporções muito maiores já que todos os cadetes começaram a rir e debochar das prisões. Foram informados então que os fuzileiros tinham ordem de atirar para matar, caso tentassem sair dos camarotes.

A escola foi totalmente ocupada e todos os oficiais tinham ordem de se manter munidos de armas e qualquer atitude suspeita dos aspirantes como, aparecer na janela, teria a punição da prisão no quartel dos Fuzileiros.

A partir da tarde o comandante fez reunir turma por turma a começar pelo primeiro ano, passando-lhes severa repreensão e a todas as turmas foi indagado se preferiam continuar na escola, dentro da ordem determinada ou serem expulsos. Nenhum aspirante fraquejou, decidindo levar o movimento até o fim.

Para o quarto ano, além da repreensão, o comandante cortou as regalias, estudo facultativo nos camarotes (que deveriam se efetuados nas salas de estudo), pavilhão aberto durante as aulas (passou a ser fechado para impedir a circulação de aspirantes no período de aulas), dentre outras. Os aspirantes interpretaram a atitude do comandante como uma humilhação ao corpo de alunos e na hora do rancho quebraram o silêncio que vinham mantendo e deliberaram pedir baixa coletiva. Reunidos depois no pátio de Saldanha, comunicaram ao comando a sua intenção que foi aceita pelo Contra Almirante Pinto de Lima.

Foram interrompidos os trabalhos da escola e um Inquérito Policial Militar foi instaurado, presidido pelo Capitão de Fragata Dias da Costa.

Os aspirantes acharam a atitude do Comando da escola como uma humilhação, afinal eles já tinham passado por tantas provas de vocação para o oficialato, de tantas provas de integridade, aptidão e agora se viam sem direitos, nem os de, ao menos, expressarem o que os afligia.

Segundo Foucault, para que a punição seja corretamente aplicada é necessário que haja o julgamento que permita qualificar, classificar e punir o indivíduo, segundo também os valores ensinados na Escola Naval e contidos nos Breviários e Manuais de conduta um bom comandante deveria ouvir pacientemente o subordinado; aconselhá-lo; adverti-lo; prevenindo-o de nova falta, indagar bem as razões que induziram a esta falta. Exatamente o que não aconteceu na Revolta dos Anjos onde o diretor não ouviu as queixas dos aspirantes, aplicando punições sem antes saber os verdadeiros motivos que levaram os aspirantes a agirem de maneira inadequada. Ferindo os próprios valores de uma escola militar e de um eficiente comandante.

O Inquérito Policial Militar foi concluído e os aspirantes foram enquadrados no artigo 141 do Código Penal Militar – Insubordinação, exceção feita aqueles que estavam de

serviço e alunos do curso prévio que não participaram das ocorrências. A pena para o crime, a que se refere o artigo é a de prisão de um a dois anos.

Entretanto, o diretor da Escola Naval ao ver solucionado o inquérito, desclassificou a falta cometida pelos aspirantes do Código Penal Militar enquadrando-a no regimento interno da escola aplicando as penalidades nele estabelecidas, dando assim solução em âmbito escolar.

A punição encontrada, segundo o regimento interno da escola foi a eliminação da matrícula a 53 aspirantes do quarto ano além de outros que se mostraram arrogantes e insolentes durante as ocorrências.

De acordo com o artigo 26 do regulamento da Escola Naval, os alunos que tiveram baixa de Aspirante a Guarda Marinha não podem pleitear o reingresso na Escola

A Revolta dos Anjos denominada desta maneira pelos jornalistas da época devido a pouca idade e a cor dos uniformes dos aspirantes teve repercussão nacional sendo pedida a anistia na Câmara para esses alunos, sendo autor o deputado Café Filho, que achava que a anistia é o processo usado em quase todos os atos de indisciplina e rebelião, não quebrando os princípios de hierarquia, autoridade e de ordem interna.

Não somente a Câmara dos Deputados se sensibilizou com a revolta, a União Metropolitana de Estudantes, no Diário de Notícias de 10 de junho de 1948 escreveram uma mensagem de solidariedade aos aspirantes.

“A União Metropolitana de Estudantes, tomando conhecimento dos graves acontecimentos ocorridos na escola naval, atingindo diretamente o seu corpo discente, achou por bem manifestar a sua solidariedade a esses jovens que, afastados hoje de sua escola, uns por exclusão, outros movidos por tão elevado espírito de camaradagem e desprendimento, merecem nossa simpatia.(...)”

Rígida como é a disciplina militar, jamais tão poucos alunos teriam conseguido arrastar toda uma escola, nesse movimento impressionante de solidariedade, se algo de justo não houvesse ao seu lado. Nada é mais significativo do que essa unanimidade, num meio, que prima pela disciplina.

A União Metropolitana de Estudantes, representando os estudantes superiores do Distrito Federal, não poderia ficar indiferente a todos esses fatos, manifestando portanto publicamente a sua solidariedade aos cadetes da Escola Naval, já hoje merecendo a simpatia geral do povo carioca. Hélio Rocha (Presidente)”

O Ministro da Marinha por sua vez ao perceber a magnitude que se tornou uma revolta de estudantes, em aviso de 8 de junho de 1948, decidiu que: “ A esses aspirantes fica, desde já assegurado o uso da faculdade de requererem na primeira quinzena de março de 1949, matrícula para cursarem, nesse mesmo ano o 4º ano do Curso Superior.”

Não somente os estudantes e deputados se solidarizaram com a situação, haviam também pessoas que achavam acertado todos os procedimentos adotados pelo Diretor. O Presidente da República em carta ao Ministro da Marinha conforme o publicado no Jornal do Brasil de 20 de junho de 1948 e na Revista Marítima Brasileira .

“Rio de Janeiro, 20 de junho de 1948 – Senhor Ministro da Marinha – terminado o incidente disciplinar ocorrido na Escola Naval e cumpridas as medidas adotadas pelo Comando e por V. Ex. como titular da pasta da Marinha – é meu desejo, em face da agitação provocada em torno da ação de V.Ex., no caso dar-lhe ciência deque considero a mesma acertada, no sentido de resguardar a disciplina o que é essencial no seio das classes armadas.

Assim teve e tem a V.Ex. todo o meu apoio e aprovação em face de suas providências para manter íntegro o prestígio da autoridade.”

Segundo o jornal do Comércio de 9 de novembro de 1948, até aquela presente data, já tinham sido solicitados o regresso à Escola Naval de 234 aspirantes, entre esses todos os alunos do 4º ano que pediram baixa, num total de 9 aspirantes.

Através do estudo desta revolta podemos concluir que quando não existe respeito mútuo, a convivência se torna difícil e em se tratando de uma escola formadora de futuros oficiais da Marinha, o diálogo entre comandantes e subordinados seria imprescindível para que não houvessem revoltas do âmbito que a chamada Revolta dos Anjos atingiu.

Embora a revolta tenha resultado em expulsão da turma do quarto ano e baixa coletiva dos demais alunos, a anistia trouxe de volta a maioria dos aspirantes da Escola Naval que ainda sonhavam em ser oficiais da Marinha, muitos deles seguiram a carreira e chegaram ao posto de Almirante, mesmo aqueles da turma do quarto ano que foi expulsa em decorrência da revolta. Provavelmente tornaram-se Comandantes da Marinha Brasileira mais cientes dos seus deveres e responsabilidades para com os seus subordinados.

“...Se alguma culpa tiveram esses rapazes, a sua atitude os redimiu, os exaltou. Eles escreveram, num país de intrigas e de mexericos, uma página

diferente, elevada, dignificante. Ainda que eles devessem ser expulsos, os 276 pelas modestas infrações que lhes são atribuídas, ninguém lhes negará o direito de usar, outra vez, o espadim glorioso de Tamandaré. Eles conquistaram, não o perdão, mas o respeito de todos.

Escola, sentido! Meia volta, volver!”(NELSON CARNEIRO-JORNAL DO BRASIL 04-06-1948)

#### Referências Bibliográficas;

CARNEIRO .Nelson. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 04/06/1948.

BRASIL. Revista marítima Brasileira. Abril/Maio/Junho 1948.

BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. *Breviário de Educação Moral, Cívica, Social e Militar da Jovem Marinha*. Consagrado `a memória do saudoso Almirante Luiz Philipe de Saldanha da Gama ao comemorar-se o seu centenário em 7 de abril de 1946. Semana da marinha 4° Ed. 1995.

BRASIL. *Aviso Ministerial* . 8 de junho de 1948 Referente ao regulamento da Escola Naval.

BRASIL. *Portaria Ministerial* n° 1099/48. Referente a instauração do Inquérito Policial Militar.

*Diário da Noite*. Rio de Janeiro.7/5/1948

*Diário da Notícias*. Rio de Janeiro.4/6/1948

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 6° Ed. Petrópolis; Vozes, 1988.

FRANCO,Celso. *O Motim: Escola Naval, 1948*. Rio de Janeiro. Enelivros, 1999.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro.20/06/1948.

*Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro.09/11/1948

União Metropolitana de Estudantes.*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro.10/06/1948.